



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

A narrativa chave dos "direitos humanos" na construção de políticas públicas carcerárias para "populações específicas": notas introdutórias sobre o contexto paulista

Autoria: Roberta Olivato Canheo (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Com a proposta de apresentar alguns dos primeiros achados de minha pesquisa de doutorado em andamento, este artigo se debruça sobre a multiplicidade de atores envolvidos na construção de políticas públicas para mulheres e pessoas LGBT presas ou egressas do Sistema Penitenciário em São Paulo, a partir do acompanhamento de eventos públicos e reuniões de representantes de secretarias, órgãos e aparelhos públicos (como a Secretaria de Administração Penitenciária, especialmente por meio da coordenadoria de políticas específicas e da coordenadoria de reintegração social; Defensoria Pública do Estado; Centros municipais de Cidadania LGBTI+; Secretaria de Justiça e Cidadania, dentre muitos outros). Tais reuniões, realizadas mensalmente desde o segundo semestre de 2019, reúnem atores institucionais empenhados na implementação de uma CAEF (central de atenção ao egresso e família) voltada especificamente para mulheres e pessoas LGBT presas, bem como na elaboração de outras políticas voltadas para tais



"populações". Por meio desse acompanhamento, somado à análise documental de normativas, relatórios, etc., busco refletir sobre os processos de Estado que levaram à constituição de pessoas LGBT privadas de liberdade como novos sujeitos políticos de direitos em um contexto entendido por democrático; quais as técnicas de governamentalidade - construídas por feixes múltiplos de agências, agentes e documentos - presentes nesses processos. Procuo também pensar sobre como "presídios seguros", alas ou celas específicas, ou a histórica reunião de acusados por crimes sexuais e pessoas LGBT nos mesmos presídios, passam a ser produzidos pela narrativa de um território seguro, alinhado aos "direitos humanos" na atualidade, em que a materialização desses espaços se dá então por meio da produção discursiva de um sujeito situado e legítimo, invariavelmente oprimido e vitimizado, cuja vida está em permanente risco e cuja preservação da integridade física não depende só de si. Nesse sentido, chama atenção a conjugação fundamental entre aquilo que é enunciável sobre "direitos humanos", "políticas públicas para grupos vulneráveis", "funcionalidade do sistema carcerário" e "espaço social" no processo de construção histórica de demanda por esses espaços e por essas políticas. A essa narrativa chave dos direitos humanos, pensando especialmente o contexto de pós "redemocratização", contrapõem-se as condições estruturais dos presídios, a alocação no seguro, o encarceramento em massa; condições que demonstram as contradições fundamentais de um "Estado" que constrói progressistas políticas públicas, e ao mesmo tempo produz concretamente nas carnes e corpos lugares de abjeção.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: